

O liberalismo moderno nos Estados Unidos: discussões acerca da sua pluralidade entre os séculos XIX e XX

Bárbara Maria de Albuquerque Mitchell

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – Brasil
barbaram.mitchell@gmail.com

Resumo: Este artigo tem como objetivo promover uma breve discussão a respeito do liberalismo moderno nos Estados Unidos da América levando em consideração as especificidades americanas sobre tal tema. Considerando a mutabilidade e pluralidade do liberalismo, busca-se apresentar alguns dos mais importantes elementos que possibilitaram a construção das várias ideias de liberalismo no país, e, em especial, no Partido Democrata. Perpassando a Era Progressista, o *New Deal* e as lutas sociais dos anos de 1960, é possível observar de que diferentes maneiras os variados grupos políticos e sociais americanos se apropriaram do liberalismo e o introduziram nos seus próprios ideais de nação.

Palavras-chave: Estados Unidos da América. Liberalismo. Política Interna.

Introdução

Neste presente artigo propõe-se um debate geral tratando aspectos do pensamento liberal americano e do liberalismo no Partido Democrata. No entanto, é importante levar em consideração que por ser um tema de grande dimensão e com inúmeros trabalhos dispostos a debatê-lo, não há aqui a pretensão de esgotá-lo ou de apresentar todas as discussões a seu respeito, até mesmo pela impossibilidade de executar esta tarefa, especialmente em um artigo. Justamente pela complexidade do tema escolhido e o plano de trazer uma discussão geral a seu respeito, a proposta é desenvolver este texto a partir de um restrito grupo de autores com obras dedicadas especificamente ao tópico. É essencial dizer que os autores selecionados assumem uma postura positiva em relação ao liberalismo moderno, no entanto sem deixar de apresentar as suas críticas.

Ao falar de liberalismo¹ nos Estados Unidos da América atual, encontramos uma temática bastante debatida, controversa e que já representou múltiplos significados, tanto para liberais como para conservadores². No âmbito político localizamos uma minoria nacional, mas maioria dos vinculados ao Partido Democrata³. No entanto, a situação nem sempre foi esta. O cenário americano já foi mais do que favorável ao liberalismo, como pode ser ilustrado pela frase introdutória do livro *The Liberal Imagination: Essays on Literature and Society* (1950) de Lionel Trilling: "Nos Estados Unidos atualmente o liberalismo não é apenas dominante, mas sim a única tradição intelectual"⁴ (MATTSON, 2002, p. 65). Ora, sessenta e seis anos depois, em suas devidas proporções, a realidade parece ter quase que se invertido.

O liberalismo clássico

Em meio ao período comumente chamado de iluminismo, o liberalismo constitucional (XVII-XVIII) ganhou expressão com o trabalho de pensadores como John Stuart Mill, John Locke, Immanuel Kant, Thomas Paine e James Madison. A sua influência foi determinante para as Revoluções Americana e Francesa (STARR, 2008, p. 3), e muitas das ideias que a partir dele se desdobraram ainda estão nas constituições de dezenas de países. Nos Estados Unidos é possível apontar que tanto liberais como conservadores herdaram algumas das suas tradições e crenças.

Em um primeiro momento, a liberdade defendida pelos liberais era a da mente (ALTERMAN; MATTSON, 2012, p. 12), ou seja, a que envolvesse o pensamento e a crença. Os liberais esperavam que as pessoas tivessem a capacidade e responsabilidade de pensar por elas mesmas (ALTERMAN; MATTSON, 2012, p. 13) e, muitas vezes,

¹ É interessante notar que Franklin Delano Roosevelt foi o presidente que associou o liberalismo moderno com o Partido Democrata, através de transformações econômicas associadas ao Keynesianismo. O Keynesianismo, por sua vez, pode ser entendido como um conjunto de ideias que visavam a intervenção do Estado na economia para controlar a pobreza e, em especial, o desemprego. A partir da influência dos estudos de John Maynard Keynes, houve uma transformação em relação às políticas econômicas de livre mercado. A partir das práticas keynesianas, o Estado deveria interferir na contenção do desemprego e na criação e promoção de benefícios sociais, sendo também conhecido como o Estado de bem-estar social.

² As noções de "liberais" e "conservadores" utilizadas neste artigo serão melhor delimitadas ao longo do texto.

³ De acordo com a enquete realizada em 2013 pela Gallup 38% dos americanos se consideram conservadores, 34% moderados e 23% liberais. Já dentro do Partido Democrata o número muda para 43% de liberais, 36% moderados e 19% conservadores. Disponível: <http://www.gallup.com/poll/166787/liberal-self-identification-edges-new-high-2013.aspx>. Acesso: 11/02/2014.

⁴ Tradução minha. Original: In the United States at this time, liberalism is not only the dominant but also even the sole intellectual tradition.

este tipo de determinação restringiu a liberdade para pessoas consideradas inaptas a alcançarem estas condições. Assim, a princípio, apenas quem detinha alguma propriedade e não fosse dependente ou ligado a um "superior" tinha o direito de gozar da liberdade. No entanto, esta situação não se manteve estável e membros da sociedade que não se viam contemplados começaram a reivindicar por seu reconhecimento enquanto cidadãos ativos. Por isso, paulatinamente, alguns grupos foram incluídos dentro das liberdades e dos direitos civis, mas não dos políticos. Quando estes foram postos em pauta não contaram com a participação de mulheres e negros, apenas com os homens brancos da classe trabalhadora que antes não podiam ter participação.

Especificamente sobre as transformações que ocorreram tanto na Europa como na América a partir das revoluções liberais⁵, a questão do funcionamento do poder merece destaque, já que a própria noção de liberdade assume o caráter de poder quando pensada como possibilidade do indivíduo fazer escolhas sobre o que é seu por direito sem encarar obstáculos (STARR, 2008, p. 20). No entanto, mesmo dando prioridade em separar a escolha individual e a vida privada do controle estatal, o liberalismo não pregou a visão de que todo governo era intrinsecamente repressivo. Na verdade, a concepção de liberdade como não interferência estatal cabe ao "libertarianismo"⁶ e não expressa completamente as questões do liberalismo clássico ou moderno. Pelo contrário, liberais apoiaram a formação de um Estado que deveria ser capaz de se defender contra inimigos externos, garantir o Estado de Direito, fornecer bens que não são produzidos satisfatoriamente pelo mercado, exercer o controle de práticas anticompetitivas e, especialmente, defender a sociedade de ameaças à sua liberdade e individualidade como a formação de oligarquias, fortalecimento de forças locais que poderiam se impor sobre o restante, seitas religiosas e grupos que, através da ameaça e da violência, tentariam dominar parcelas da população. "Sem Estado não há direitos. Sem leis não há liberdade"⁷ (STARR, 2008, p. 33).

O reconhecimento de uma autoridade não era limitado às instâncias do governo porque abarcava também o sobrenatural. John Locke era religioso e apoiava a lei natural; Thomas Jefferson foi um dos teóricos americanos que defendeu a virtuosidade da república e se preocupou com o efeito corrosivo para esta do auto interesse individual;

⁵ Revolução Americana, Revolução Francesa, Revoluções em diversos países europeus por volta de 1830, etc.

⁶ Concepção de que a liberdade real do indivíduo será exercida se ele tiver o direito de fazer tudo aquilo que ele bem entende consigo e com seus bens, nesse sentido o Estado é um dos principais impasses para que a liberdade individual seja efetivamente garantida.

⁷ Tradução minha. Original: No state, no right. No law, no liberty.

Immanuel Kant lutou por toda sua vida para alcançar uma filosofia obediente aos mandamentos morais universais. Para os liberais, o mundo era uma organização ordenada e limitadora das ações individuais, reduzindo as chances de cada pessoa fazer apenas aquilo que deseja, sem se preocupar com consequências e regras. A própria estrutura da sociedade se baseava em um consenso ou contrato social, assumindo a noção de que não existia independência sem interdependência e que para conseguir deixar o estado de natureza o homem precisava da existência da sociedade (WOLFE, 2009, p. 11).

A tradição política iniciada pelo liberalismo clássico é marcada por seu apreço pela modernidade, ciência, inovação e comércio, rompendo com a antiga tradição neorromana que motivava a política do começo da modernidade, mas estava amplamente ancorada em um passado agrário e hostil ao emergente capitalismo (STARR, 2008, p. 25). Mesmo tendo como base um similar conjunto de ideias, o resultado obtido com a inserção do pensamento liberal nos governos de cada nação foi diferenciado. Na Inglaterra as modificações aconteceram de maneira gradual e novas "camadas" eram adicionadas pontualmente às liberdades alcançadas. Trabalhando dentro do próprio sistema vigente, os liberais atingiram sucesso ao aprovar leis que progressivamente eliminaram os vestígios legais do feudalismo, ampliaram a esfera da liberdade individual e submeteram a expansão do governo a uma restrição constitucional.

Já nos Estados Unidos há um diferencial em relação a elaboração da sua constituição. Por mais que o país tenha baseado o seu sistema legal no inglês, incorporado as liberdades inglesas na sua Declaração de Direitos e adotado a *common law*, criou uma assembleia especial para a situação, além de submeter o texto para discussão e aprovação pública. Ao contrário da inglesa, a Constituição americana criou prospectivamente o Estado, se tornou norma reguladora acima da legislação comum e estabeleceu o alicerce conceitual da política. Através da Declaração de Independência (1776) os revolucionários obtiveram êxito em inscrever ideias abstratas de liberdade e igualdade no credo nacional. Assim, os americanos adicionaram ao liberalismo constitucional elementos racionais e universais (STARR, 2008, p. 26-27). E foi nesse momento que o liberalismo constitucional se transformou tanto numa estratégia limitadora como construtora de Estado, já que garantiu a composição do governo e a organização de limites em caso de seu mau uso (STARR, 2008, p. 52).

As muitas mudanças e revoluções geraram, em contrapartida, um movimento de resistência conservadora. Os temas da liberdade e igualdade foram importantes para a difusão de novas ideias entre as camadas excluídas. Com isso, houve o crescimento de

grupos demandando um maior espaço dentro da sociedade. Entretanto, na Europa do século XIX, o liberalismo passou por mudanças indicativas da prioridade dada aos interesses dos agentes que se sentiram ameaçados com a extensão das liberdades. A liberdade econômica se tornava a ênfase dos partidos liberais e é justamente a partir da criação da ideia de *laissez-faire*⁸ que se misturou o pensamento liberal com a ideia de liberdade negativa. Na visão do sociólogo Paul Starr:

Este liberalismo econômico do século dezenove representou uma mudança da visão mais complexa de estado expressada no pensamento liberal anterior. O liberalismo constitucional buscou tanto criar como restringir o poder - e em nenhum lugar este interesse dual esteve mais evidente do que quando as fundações do estado liberal foram construídas na Inglaterra do século dezessete e na América do século dezoito⁹ (STARR, 2008, p. 27).

Ao longo do século XIX o entendimento "tradicional" de liberalismo passou a apresentar uma forma mais conservadora em decorrência do domínio exercido por corporações e instituições. Tais agentes acabaram por restringir as liberdades individuais de boa parte da população que era dependente de trabalhos onerosos nas indústrias, mas, ao mesmo tempo, se manteve fiel ao discurso sobre a virtude do liberalismo, da autossuficiência e da liberdade de escolher o seu próprio caminho (ALTERMAN; MATTSON, 2012, p. 13). A percepção do próprio consumidor e produtor como as pessoas mais aptas para tomarem as melhores escolhas possíveis para si mesmos é crucial no pensamento liberal econômico. Adam Smith, um dos mais reconhecidos teóricos do assunto, acreditava existir uma identidade natural de interesses nas trocas comerciais. Entretanto, não foi apenas neste ideal que Smith se baseou para escrever suas obras. Em *The Theory of Moral Sentiments*¹⁰ o autor atribuiu bastante importância ao papel da moralidade e da lei para garantirem que as trocas comerciais fossem realmente positivas para os indivíduos (STARR, 2008, p. 67).

Já *The Wealth of Nation*, provavelmente sua obra mais conhecida, traz argumentos significativos a respeito de alguns dos motivos responsáveis por levá-lo a acreditar que as relações econômicas seriam mais bem regidas por leis e questões morais do que se sofressem uma forte intervenção do governo. Para ele "o governo civil, quando instituído da segurança da propriedade, está na verdade instituído da defesa dos ricos

⁸ Expressão que simboliza a doutrina do "livre mercado" defendida por várias correntes liberais, que preveem a mínima intervenção do Estado na economia.

⁹ Tradução minha. Original: this economic liberalism of the nineteenth century represented a shift from the more complex view of the state expressed in earlier liberal political thought. Constitutional liberalism sought both to create and to contain power—and nowhere was that dual interest more evident than when the foundations of the liberal state were built in seventeenth century England and eighteenth-century.

¹⁰ Publicado dezessete anos antes de *The Wealth of Nations*.

contra os pobres, ou daqueles que tem propriedades contra aqueles que não têm nenhuma” (STARR, 2008, p. 69). O papel do governo estava na defesa do país contra inimigos, na proteção contra a opressão e contra fraudes através da administração da justiça (STARR, 2008, p. 70).

A publicação da produção de Smith data do século XVIII e não do XIX, quando o liberalismo passou por algumas modificações e as questões do *laissez-faire* foram difundidas. Inclusive, enquanto era vivo, não alcançou o *status* de autor celebrado na Inglaterra e sua maior aprovação no período veio da França. Foi apenas após a sua morte que o autor passou a ser recuperado a partir de uma compreensão conservadora das suas ideias e seu trabalho amplamente divulgado. Nesse sentido, as reais restrições de Smith à forte regulamentação econômica promovida pelo Estado eram muito mais no sentido de garantir o controle do maior número de indivíduos sobre as suas próprias vidas (WOLFE, 2009, p. 14-15), já que, para ele, esta era o meio mais efetivo das pessoas obterem algum sucesso sem sofrerem com medidas díspares do governo em relação ao beneficiamento de uns em detrimento de outros. Exatamente pelo ímpeto pessoal de conseguir o sucesso, os cidadãos estavam mais suscetíveis ao êxito agindo por si mesmos e, como consequência, boa parte deles conquistaria uma melhor condição de vida.

Apesar disso, o liberalismo econômico ao longo do século XIX assumiu um caráter mais dogmático e os publicistas do *laissez-faire* disseminaram interpretações de que basicamente todas as intervenções do Estado eram incompatíveis com o direito de propriedade, o livre mercado e a liberdade de contrato. Na prática, os Estados não exerceram tais resoluções de maneira constante, mesmo porque o governo frequentemente precisou intervir na economia em decorrência do crescimento de problemas sociais advindos da expansão industrial e urbanização (STARR, 2008, p. 70-71). O próprio *laissez-faire* não esperou um total afastamento governamental no regimento da economia, as “regras do jogo” permaneceram como sua responsabilidade e, frequentemente, atuaram em prol dos industriais. Assim como apontado por Adam Smith, as leis protegiam os agentes corporativos até mesmo em disputas trabalhistas e em conflitos sobre o direito à propriedade. Os favorecidos geralmente estavam no ramo industrial ou contribuindo para o crescimento econômico nacional (STARR, 2008, p. 71). Durante o século XIX os embates acerca de liberdade e propriedade que abarcavam aqueles envolvidos com a industrialização resultavam em seu favor.

Segundo Alan Wolfe (2009, p.15), o pensamento liberal econômico apropriado pelos conservadores modernos deve ser entendido à luz de seu próprio tempo e não do

nosso. Entre os séculos XVII e XIX acreditou-se que a difusão da liberdade e da igualdade entre o maior número possível de pessoas se daria através de uma menor regulamentação do governo na economia. O triunfo individual era mais provável de acontecer se as pessoas tivessem o controle das suas vidas. Todavia, para o autor, o uso deste tipo de argumento entre os séculos XX e XXI em nada representa o pensamento liberal e o anseio pela independência e igualdade dos indivíduos. Pelo contrário, tal argumento se tornaria a proteção da disparidade e da dependência da população aos proprietários e industriais. Apesar do seu claro posicionamento em observar o liberalismo a partir de uma visão otimista e humanitária, Wolfe está, na verdade, fazendo uma crítica aos conservadores e a todos que, contemporaneamente, defendem um estado mínimo, não necessariamente por estarem atrelados às corporações como ele o diz.

O liberalismo clássico passou por uma série de modificações e refletiu não só o crescimento dos ideais do iluminismo, mas também as reações opostas às consequências deste, como a ampliação das liberdades para parte da população e das reivindicações de inclusão feitas pelos grupos deixados à margem da sociedade. Além disso, a influência das obras originalmente dos séculos XVII e XVIII ainda persiste em especial nas constituições democráticas nacionais da atualidade. A respeito da questão da liberdade e da igualdade para o liberalismo, Alan Wolfe (2009, p. 10) afirma que a grande variação entre o liberalismo clássico e moderno está na maneira com que a política lidou com essas questões e executou determinadas medidas para garanti-las.

Assim, o autor elenca três diferentes maneiras de definir o liberalismo:

- 1) Enfatizando a sua substância/essência: que basicamente corresponde ao compromisso com a liberdade (no sentido também de independência do indivíduo) e a igualdade. Como anteriormente citado, a principal alteração entre os séculos se deu na maneira de conduzir a busca e expansão destes direitos dentro da sociedade;
- 2) Enfatizando o seu procedimento: baseado em metas morais, que para realmente funcionarem precisavam de grande adesão, no intuito de evitar conflitos e guerras. Seu principal objetivo era a justiça ou imparcialidade, no sentido de que as regras precisavam ser aplicadas para todos. Como exemplos o autor cita o Contrato Social, a separação de poderes na Constituição Americana, a criação da Liga das Nações e as Nações Unidas;
- 3) Enfatizando seu temperamento distinto: mais psicológico do que moral ou político, representando a busca pela inclusão, aceitação, respeito e generosidade. A

falta da generosidade do espírito liberal estimulava as propostas de reformas, não só políticas ou públicas, mas da esfera privada e humana.

Para Alan Wolfe (2009, p. 21), o Ocidente bebeu nessas três fontes do liberalismo para construir as sociedades e as normas que as regem até os dias atuais. A importância do chamado liberalismo clássico para a construção do moderno se provou inegável, sobretudo no estabelecimento de “pilares” a serem seguidos, desenvolvidos e/ou remodelados. Contudo, é preciso observar que a extensão das liberdades até o século XIX foram bastante restritas. Direitos políticos para a classe trabalhadora só chegaram depois e, por mais que caminhasse para um caminho mais amplo, existia uma hierarquia das liberdades e das pessoas. Os direitos civis, compreendidos, grosso modo, como liberdade econômica e religiosa, geralmente foram atribuídos antes dos políticos.

As tensões existentes dentro do liberalismo até então foram se tornando cada vez mais fortes entre os séculos XIX e XX. Entre elas estavam os conflitos entre a promessa de direitos universais e as contínuas práticas de exclusão política e social, bem como a questão da atuação do governo e a desigualdade social. De acordo com o crescimento industrial, medidas de proteção aos trabalhadores pareciam mais urgentes até mesmo para aqueles favoráveis ao livre mercado, no entanto, os pilares teóricos do liberalismo clássico apontavam para uma outra direção. Em face dessas ambiguidades duas principais linhas de pensamento surgiram (STARR, 2008, p. 80-82):

1) O *laissez-faire* adotado pelos conservadores que se opuseram à regulação feita pelo governo das condições do trabalho, da jornada de trabalho e do direito de formar sindicatos. Em adição, baseados nas teorias de Thomas Malthus, só admitiram auxílios pontuais aos mais pobres, no intuito de evitar uma maior reprodução daqueles que já não tinham condições de sustentar a si e suas famílias. Ainda nesse sentido, defenderam o Darwinismo social como fundamento para desencorajar qualquer intervenção do Estado na saúde e bem-estar social;

2) A predileção por um Estado democrático e igualitário. Estes liberais insistiram em direitos iguais na construção das leis, na participação política e nos direitos civis. De acordo com esse ponto de vista, a possibilidade de uma chance igualitária de vida estava conectada a existência de escolas públicas e uma variedade de medidas que auxiliavam o governo em reformas na saúde e no bem-estar da população.

O liberalismo moderno emergiu a partir de uma série de mudanças nas ideias e instituições liberais durante os séculos XIX e XX. As mais variadas demandas ganhavam força: na economia os trabalhadores buscavam mais direitos e que o Estado passasse a

intervir de novas formas, defendia-se a desregulamentação da vida privada, uma proteção mais forte às liberdades civis e da expressão individual. Entre o fim do século XIX e o começo do século XX vários desses elementos começaram a influenciar os governos liberais britânicos de antes da I Guerra Mundial, as reformas progressistas e a consolidação do *New Deal* nos Estados Unidos.

O liberalismo moderno

Dentro de uma perspectiva política, o liberalismo pode ser exemplificado como uma reunião de questões que formam a base de um tipo de poder em prol da liberdade positiva. Esta liberdade positiva do liberalismo moderno foi definitiva para a apresentação da igualdade como outra prioridade deste. Contudo, é importante relembrar que as ideias de liberdade e igualdade fazem parte do imaginário nacional dos Estados Unidos tanto para liberais quanto para conservadores. Assim, esta análise se trata especificamente das noções liberais, ou seja, de um segmento da sociedade que se tornava cada vez mais favorável às intervenções do Estado na economia para garantir a ampliação da igualdade nas oportunidades dentro dos seus moldes.

Além das questões da liberdade e igualdade, o historiador Gary Gerstle (1994, p. 1045) apresentou três aspectos principais do liberalismo: a emancipação, a racionalidade e o progresso. Assim, desde a formação clássica do pensamento liberal estes termos passaram por ressignificações e reinterpretações à luz das mudanças nos próprios períodos históricos, mas, mesmo com inúmeras transformações, não deixaram de ser uma base para uma visão liberal de sociedade. Pensando nos Estados Unidos propriamente, a Era Progressista (1865-1918)¹¹ deve ser lembrada como uma das primeiras manifestações modernas nesse sentido, especialmente por seu papel decisivo para o fortalecimento de campanhas que tratavam de questões de gênero, sexualidade e etnias entre os séculos XIX e XX. É possível destacar a importância atribuída pelo grupo à formação de uma comunidade moral americana através de uma reforma na própria sociedade (GERSTLE, 1994, p. 1044). Em adição, também fez parte da pauta progressista o combate da subordinação da população americana a pequenos grupos que

¹¹ Período entre o final do século XIX e começo do XX. Foi um período de transformação política com o combate à corrupção e inserção do voto feminino. Ao mesmo tempo algumas melhorias sociais foram introduzidas e, com isso, o crescimento de movimentos que reivindicavam os direitos das minorias.

representavam os indivíduos detentores da maior parte das corporações e propriedades no país. Para isso, o Estado deveria participar mais ativamente e garantir que a economia não fosse submetida aos interesses de poucos e, conseqüentemente, prejudicar a maioria.

Durante a transição dos séculos XIX e XX houve uma transformação na ideia de sociedade em solo americano. De acordo com Flavio Limoncic (2000, p. 75), se até então os Estados Unidos se viam como uma nação de pequenos proprietários¹², foi neste período que o crescimento urbano começou a pôr em questionamento tal percepção. Com o processo de industrialização e após as ondas migratórias de católicos e judeus, se tem início uma reorganização demográfica e de distribuição populacional. No entanto, o crescimento americano não se deu de forma planejada ou regulamentada e resultou, entre outras coisas, no desenvolvimento de cartéis e trustes, no aumento da concentração de renda e no agravamento da condição de vida da população mais pobre. É justamente neste contexto que começaram a ser difundidas ideias tanto de ideologias de esquerda – o anarquismo e o socialismo –, como o pensamento progressista (FARIAS, 2013). As mudanças ocasionadas pelo processo de industrialização, do crescimento econômico imoderado e dos fluxos migratórios refletiram profundamente na dinâmica social americana. A insatisfação de diversos setores com o decorrer de tal situação possibilitou a presença de um número cada vez maior de vozes reivindicando mudanças nos âmbitos político, econômico e social. Justamente neste contexto deu-se o início da chamada Era Progressista dos Estados Unidos, comumente concebida entre o começo do século XX e o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Contudo, o progressismo não deve ser compreendido a partir de uma perspectiva uniforme ou padronizada. Justamente por ter sido construído por diversos atores sociais e refletir díspares anseios, muitas das ações executadas por governos caracterizados como progressistas podem parecer contraditórias (LIMONCIC, 2000, p. 76). Foi em face da situação de crescente tensão social que um grupo de reformistas se voltou para o Estado e passou a defendê-lo como determinante para coordenar ações capazes de solucionar o quadro vivenciado naquele momento. Dessa forma, os progressistas passaram a defender uma lógica organizacional diferenciada: a autoridade dos indivíduos e das famílias seria transferida para os grupos e o Estado, sendo que este também deveria ser responsável por diversas medidas entendidas como de bem-estar social (FARIAS, 2013, p. 98). A multiplicidade da agenda progressista pode ser exemplificada através de inúmeras reformas implementadas no país. Foram algumas

¹² Bastante atrelada a ideia de nação de Thomas Jefferson.

delas: a expansão do *welfare*, a lei seca (1920-1933) e a criação do mecanismo de democracia direta (LIMONCIC, 2000, p. 76).

Os trabalhos de John Dewey, filósofo americano, foram de grande influência para o liberalismo e especialmente para os progressistas. O intelectual tinha grande convicção no sucesso da democracia americana e era defensor da integração do espírito democrático às comunidades locais e na vida pública de toda nação com o objetivo de “criar aquilo que chamava de *‘the great community’*” (KLOPPENBERG, 1998, p. 91). A participação e a comunicação deveriam ser as metas fulcrais para o sucesso da democracia e da *great community*. A ideia de comunidade de Dewey pretendeu estabelecer a visão da vida pública como uma forma de resolução cooperativa de problemas apoiada por relações comunitárias (MENDONÇA, 2007, p. 112). Especificamente sobre o liberalismo o autor definiu que:

Entrou em uso para designar um novo espírito que cresceu e se espalhou com o surgimento da democracia. Implicou um novo interesse pelo homem comum e um novo sentido de que o homem comum, o representante das grandes massas dos seres humanos, tinha possibilidades que haviam sido suprimidas, que não tiveram seu desenvolvimento permitido por causa das condições institucionais e políticas... Ele (o liberalismo) ficou marcado pela generosidade, pela simpatia com os menosprezados, com aqueles a quem nunca foi dada uma chance.... [E] visou ampliar o alcance de livre ação daqueles que por muito tempo não puderam participar nos assuntos públicos e não usufruíram dos benefícios assegurados por esta participação (ALTERMAN; MATTSON, 2012, p. 13).

Para Flavio Limoncic, a esfera pública foi ampliada no período, especialmente na sua participação para mediar o conflito distributivo. A Era Progressista foi, para o autor, fundamental para influenciar o que se consolidou como o liberalismo democrata através da sua concepção hamiltoniana, mais centralizadora, de Estado. Colocando em questionamento a visão jeffersoniana de governo, o seu individualismo e o modelo econômico baseado no *laissez-faire*, o governo central passou a ser entendido como fundamental no desenvolvimento de uma sociedade com liberdade e dignidade para os indivíduos (LIMONCIC, 2000, p. 77). Entretanto, nem todos os progressistas eram necessariamente hamiltonianos. Existia uma divisão, grosso modo, entre os progressistas hamiltonianos, representados por Theodore Roosevelt e Herbert Croly, e os jeffersonianos, constituídos por Woodrow Wilson e seus apoiadores (LIMONCIC, 2000, p. 71). Para os primeiros, as grandes corporações e o industrialismo eram irreversíveis na economia americana e, portanto, deveriam ser controlados pelo Estado, que deveria impedir a submissão dos interesses da população aos dos empresários e investidores. Já os jeffersonianos acreditavam que o Estado deveria utilizar da sua

posição para desarticular o poder das grandes corporações e restituir à América aos pequenos negociantes e produtores. Ou seja, existiam divergentes planejamentos para a nação dentro da ótica progressista. Herbert Croly foi um dos principais teóricos a influenciar o progressismo hamiltoniano, o mais próximo do liberalismo democrata e, por isso, o mais relevante para este trabalho. Para o autor, a sociedade ideal seria orgânica, onde cada um teria a sua função para mantê-la em funcionamento próspero. O individualismo e o egoísmo deveriam ser substituídos por uma ideia de comunidade baseada na cooperação e na inclusão (LIMONCIC, 2000, p. 81).

Esta visão bastante positiva da organização social não significou que os progressistas como Croly estavam agindo de forma a beneficiar exclusivamente a população americana e os seus trabalhadores. Considerando as grandes corporações como instrumentos indispensáveis para a organização do mercado e o controle da concorrência entre empresas, Croly via os sindicatos como mecanismos para disciplinar os trabalhadores. Para aqueles que se comportassem de acordo com os interesses nacionais, os sindicatos deveriam atribuir recompensas, mas para os que preferissem agir de acordo com as reivindicações classistas deveriam existir punições. Dessa forma, percebe-se que estes progressistas estavam extremamente preocupados com as chamadas ideologias europeias, socialismo e anarquismo, difundidas entre os trabalhadores e operários. Por mais que defendessem mudanças na estrutura da sociedade e na forma de atuação do governo, isto não significou o favorecimento de ideias de esquerda ou que eram capazes de comprometer muitos dos interesses das elites econômicas. Com a eleição de Woodrow Wilson a execução do projeto de reestruturação de Croly foi se tornando bastante improvável. Todavia, mesmo se tratando de um progressista jeffersoniano, boa parte das políticas de Wilson pareciam inspiradas nos ideais hamiltonianos, em especial com a criação de diversas agências para atuarem na questão da distribuição econômica (LIMONCIC, 2000, p. 81).

A erupção da Primeira Guerra Mundial foi vista, a princípio, de forma positiva por boa parte dos progressistas. Para eles, seria uma ação possível para expandir os seus ideais em uma esfera global e também capaz de dar fim as demais guerras, ou seja, uma guerra que acabasse com todas as guerras. Entretanto, o que deveria ser uma ação positiva para o progressismo acabou por chocar boa parte dos seus adeptos. A política belicista de Wilson desapontou e muito os progressistas, assim como a sua violência e repressão dentro do próprio país em face dos opositores à guerra (LIMONCIC, 2000, p. 83). As ondas racista e nacionalista que se seguiram à guerra foram outro fator

determinante para aumentar o questionamento do grupo a respeito da viabilidade dos seus planos para o país, já que a questão racial foi ganhando força internamente. E não foi só a Primeira Guerra a afetar o progressismo. Após a Revolução Russa (1917), o governo de Woodrow Wilson se concentrou em reprimir a cultura e as influências políticas oriundas dos movimentos trabalhistas e dos imigrantes europeus (MOLL, 2010, p. 32). Ao se depararem com tal situação, os progressistas recuaram em relação às suas demandas para uma reorganização da dinâmica nacional em seus aspectos políticos, culturais e étnicas para se concentrarem apenas nas questões econômicas (MOLL, 2010, p. 32). Por volta de 1920 se instaurou uma crise no progressismo e, como consequência, o fim da chamada Era Progressista. Este fim acabou por estagnar a busca evidente por reformas sociais, mas deixou um legado nacional que alcançou eventuais conquistas entre os anos 1920 e 1930 (MOLL, 2010, p. 33).

Ao longo da Era Progressista diversas camadas conservadoras responsáveis pela reapropriação, entre outras questões, da relutância à interferência do Estado na economia americana questionavam o “novo” sentido que o liberalismo parecia apresentar no século XX. Para eles, o verdadeiro liberalismo era antiestatal e não podia promover medidas que contrariavam o direito individual. Em oposição aos progressistas, houve um crescimento do libertarianismo e da defesa do *laissez-faire*, em que o indivíduo deveria ser a base da sociedade e o Estado não deveria atuar no sentido de regular a economia ou otimizar a distribuição de renda (FARIAS, 2013, p. 98). As tensões da passagem do século XIX para o XX e do crescimento econômico desregulado dos Estados Unidos ficam evidentes ao pensarmos a questão do progressismo e da reação conservadora. Sendo o primeiro fundamental para a constituição do liberalismo democrata que viria a se consolidar a partir da eleição de Franklin Delano Roosevelt, é preciso considerar a sua pluralidade e as diversas metas estabelecidas para a sociedade americana que se derivaram da Era Progressista. Tal pluralidade também se refletiu no próprio liberalismo e suas ramificações.

Foi somente após a crise econômica de 1929 e a eleição de Roosevelt em 1932, que a base do liberalismo democrata americano se disseminou no país (ALTERMAN; MATTSON, 2012, p. 10) e uma nova forma de capitalismo começou a ser construída (LIMONCIC, 2000, p. 86). Inicialmente com um planejamento muito mais ligado ao pragmatismo econômico, o *New Deal* foi importante para estabelecer a noção do *Welfare*

*State*¹³ (SCHUYT, 1998, p. 297-301) nos EUA. Mas entre os anos de 1933 e 1935, o projeto estava amplamente respaldado em um favorecimento das corporações. Ainda sem interferência estatal, estas deveriam ser as responsáveis por fazer acordos com os sindicatos no intuito de gerar uma situação benéfica aos trabalhadores que deveriam ter os seus poderes de compra ampliados e assim contribuir para o crescimento do comércio (LIMONCIC, 2000, p. 87-88). Os *New Dealers* mais liberais ficaram, nesse primeiro momento, marginalizados nas decisões do governo, atrelado aos políticos mais conservadores a respeito das reformas econômicas. Entretanto, a falha dos anos iniciais do New Deal abriu maior espaço para os liberais democratas e para as pressões de diversos grupos da sociedade. Com isso, a partir de 1935 as ações do Estado passaram a considerar os sindicatos. Através da *The National Labor Relations Board* (NLRB) estabeleceu-se um novo equilíbrio entre as grandes corporações, o grande Estado e o grande trabalho, combatendo o legado jeffersoniano de disparidade. Para alimentar a economia fordista, o governo criou várias medidas como o *Social Security Act*, o *National Resources Planning Board* e diversas agências que funcionavam a partir de uma lógica de negociação tríplice: entre o Estado, os sindicatos e o capital. Através dessas agências, a dinâmica da economia tentava manter o crescimento e reestruturação nacional sem deixar de levar em consideração a qualidade de vida dos trabalhadores.

Concentrados em debater questões práticas para restaurar a economia americana, esses *New Dealers* enfatizavam a reforma econômica e buscavam a consolidação de uma indústria democrática, com oportunidades e segurança econômica para a população. Através dos novos planos de ação, o Estado ampliou a sua intervenção na economia através de reformas e instituiu meios de assistência aos que precisavam de auxílio para se recuperar da crise. Enquanto isso, parte dos conservadores acusou o governo Roosevelt de promover medidas “paternalistas” e de esquerda com seu projeto econômico. O presidente negava tais afirmações garantindo que o New Deal não estava sendo concebido para gerar a dependência regular da população, mas sim para socorrer aqueles que não podiam sustentar a si ou suas famílias em consequência de circunstâncias que fugiam ao seu controle (BRINKLEY, 1998).

O liberalismo moderno começou a assumir uma forma não só no campo econômico. Grupos como o *Congress of Industrial Organizations* (CIO), fundamentado

¹³ Termo cunhado em 1930 pelo Professor Alfred Zimmermann em contraposição ao *Warfare State* de Adolf Hitler. Inicialmente foi concebido como um auxílio social para os prejudicados em guerra e, posteriormente, passou a se preocupar em garantir empregos aos necessitados, ajuda médica, casas e educação em locais próprios.

em noções do nacionalismo cívico, pressionaram o governo Roosevelt a fazer do *New Deal* um programa muito mais à esquerda do que originalmente planejado. Esse nacionalismo cívico não só deu o primeiro passo na incorporação dos direitos sociais dos americanos em relação à seguridade econômica e oportunidades no mercado, mas também insistiu na integração de imigrantes e dos perseguidos por sua religião e etnia (GERSTLE, 2001, p. 153). Estes imigrantes eram originários principalmente do leste europeu e os direitos aos trabalhadores eram exclusivos aos trabalhadores urbanos. Contudo, ainda assim é possível perceber a introdução de problemáticas sociais nas preocupações governamentais. O *Welfare State* solidificado por Roosevelt foi aos poucos deixando de ter uma ênfase puramente econômica para incluir preocupações de cunho sociais. Ao longo dos anos 1930, o liberalismo foi sendo construído por diversos grupos com múltiplas expectativas a seu respeito. Até mesmo o liberalismo democrata abrangia diversos projetos e ideias que ainda não eram claras tanto no âmbito político como social. Por outro lado, os planejamentos econômicos do Estado pareciam cada vez mais consolidados em uma atuação ligada ao bem-estar social. Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), foram criadas diversas agências para a regulação do trabalho e o estabelecimento de acordos entre os sindicatos, o governo e as corporações.

O *New Deal* parecia estar conseguindo diversos avanços sociais e econômicos com as suas reformas, porém, após a Segunda Guerra a situação começou a mudar. Segundo Flavio Limonic (2000, p. 88-89):

A conjuntura do pós-Segunda Guerra, como já havia ocorrido no pós-Primeira, revelou-se, no entanto, profundamente desfavorável a projetos de reforma social e, uma a uma, as agências tripartites foram sendo desmontadas e uma visão mais comercial do keynesianismo acabou por prevalecer. Em resposta a uma situação em que os ganhos materiais e simbólicos do *New Deal* pareciam ameaçados, setores do movimento sindical ligados ao CIO iniciaram um forte movimento grevista em 1946. (...) A negativa da GM em aceitar o que considerava uma indevida intromissão sindical em seu poder corporativo, a definição dos preços de seus produtos e a delimitação da margem de lucros, levou a greve a uma derrota histórica, colocando um ponto final no projeto do CIO de redesenhar as relações de classe nos Estados Unidos.

Deixando de lado a dinâmica dentro do Partido Democrata e do cenário político americano responsáveis por ocasionar tal contexto, o trecho destacado permite observar como, após a otimização da economia americana, já foram instituídas mudanças com a intenção de diminuir a participação dos sindicatos nas decisões relativas a economia nacional. Assim, a preocupação em determinar acordos alicerçados na tríplice trabalhador, Estado e corporação começou a se esvaír com a reestruturação dos Estados

Unidos. O keynesianismo adotado pelo governo como base para sua política econômica assumiu aspectos cada vez mais comerciais e inúmeros dos programas e agências que desempenhavam funções de cunho social foram fechados no congresso por republicanos e também por democratas – fundamentalmente os sulistas.

Apesar da reviravolta na execução do *New Deal* e o afastamento parcial da população, o projeto representou uma marca para a ideia de governo entre os liberais democratas. O *welfare state* de Roosevelt serviu enquanto modelo fundamental para boa parte do partido. Se nos anos 1930 o liberalismo incluía uma pluralidade de projetos e ideias dentro da ótica democrata, a partir de 1940 muitos desses liberais deixaram de ver o *New Deal* como apenas a reunião de políticas e programas ecléticos para concebê-lo como uma ideia coerente (BRINKLEY, 1998, p. 37).

O *New Deal* não representou apenas um conjunto de reformas. Sua importância se deu desde os seus projetos legislativos e institucionais ao impacto da sua ideologia nas gerações subsequentes. Instituiu medidas governamentais para reduzir as desigualdades e os problemas gerados principalmente pela industrialização, que foram uma das maiores preocupações de progressistas entre o final do século XIX e início do XX. Com os resultados positivos obtidos na economia americana a partir do projeto de Roosevelt, boa parte dos liberais deixou de se preocupar tanto com a questão econômica e a atuação do Estado para se ater a diversas outras questões como: os direitos civis, a eliminação da pobreza e a proteção do meio ambiente (BRINCKLEY, 1998, p. 62). De toda forma, essas pautas só foram se tornar prioridade dentro do Partido Democrata basicamente na década de 1960. Por isso, é fundamental manter em mente o fato de o liberalismo não ser uma ideia uniforme ou estável.

Partindo desse princípio, a noção da liberdade funcionou como alicerce para o crescimento dos demais preceitos liberais. Inicialmente era concebida apenas como a liberdade civil e de poderes arbitrários; depois passou a englobar o direito de liberdade política e participação no governo e, por fim, foi integrada à concepção do direito à segurança e aos requisitos básicos do desenvolvimento humano, necessários para garantir a igualdade de oportunidades e dignidade pessoal (STARR, 2008, p. 4). Através dessa lógica, muitos liberais democratas, incluindo aqui políticos, eleitores ou aliados, defendiam que a população também precisaria se comprometer a assumir responsabilidades para manter o funcionamento da democracia americana através do engajamento para exigir do governo a existência de oportunidades para a melhoria das suas vidas. O empenho social pelo bem do próximo não podia ser entendido como um

fardo imposto pelo liberalismo, mas sim como um ímpeto pessoal para colaborar com o benefício nacional (STARR, 2008, p. 4). Assim, percebe-se como houve uma grande influência dos progressistas hamiltonianos nos ideais liberais.

A proposta de comunidade liberal não representou uma unanimidade nacional e o seu ponto de vista era mais alinhado a uma noção cosmopolita de nação. Em oposição aos mitos jeffersonianos e puritanos¹⁴ (BENDER, 1993), que fundamentaram a organização de muitos estados americanos, um segmento liberal defendeu a importância da diversidade em oposição à crença rural que a negava. O historiador Thomas Bender (1993) elegeu a cidade de Nova York como a principal metrópole de cosmopolitismo cultural e social do país, e a *Times Square* como representante da complexidade da cultura nova-iorquina e “à celebração de uma complicada conciliação de diferenças”. Há uma ligação extremamente importante entre a concepção de metrópole cosmopolita e as crescentes pautas do liberalismo, no sentido de ambas refutarem a visão de que os verdadeiros ideais americanos eram os que negavam a individualidade e as diferenças. Pelo contrário, a individualidade, a aceitação e inclusão da diversidade aparecem como pautas importantes, até mesmo porque uma não poderia existir sem a outra.

Com a ação do Congresso, sob influência dos conservadores tanto democratas como republicanos, de reduzir ou eliminar dezenas de programas do New Deal com o pretexto do fim da recessão iniciada em 1920 (BRINKLEY, 1998, p. 97), o período do pós-guerra foi marcado por conflitos políticos e divisões entre determinados grupos. A divergência de posicionamento se refletiu claramente na questão da posição do negro dentro da sociedade. A prosperidade econômica auxiliou na transformação da situação de muitos homens e mulheres e a luta dos Estados Unidos contra o fascismo alimentou as expectativas de muitos liberais sobre o combate ao racismo. Nesse momento, dois milhões de afro-americanos deixaram o Sul para procurar maiores oportunidades no norte. A falência de algumas fazendas, a mecanização da agricultura e abertura de novas vagas nas indústrias foram alguns dos incentivos. Essa migração teve como resultado a integração política desses grupos que passaram a poder votar e, por isso, se tornaram de grande importância para os partidos. Além disso, houve o crescimento e fortalecimento das organizações pelo direito civil e em algumas cidades como Washington e Detroit já eram usadas formas de protestos que se tornaram notórias nos anos 1960: piquetes, *sít-*

¹⁴ Segundo Thomas Bender o ideal puritano se pauta na construção de uma cidade homogênea em sua política e moral, excluindo a possibilidade da diferença e da individualidade. Já a concepção jeffersoniana defende a formação de uma comunidade de proprietários rurais em oposição à urbanização, pois esta propiciaria a diversidade.

ins e ocasionalmente o uso da violência (BRINKLEY, 1998, p. 98). Os negros tentaram transferir a luta contra o nazismo para a luta contra o racismo nacional.

A título de exemplo, é interessante citar o caso do boxeador afro-americano Joe Louis que enfrentou o boxeador alemão Max Schmeling em 1936 e em 1938 (GRAHAM, 2008). No primeiro conflito, a maioria dos brancos torceu para o atleta da Alemanha, mesmo o americano sendo o favorito e o representante de seu país. Já em 1938, com a oposição nacional ao regime totalitário alemão, boa parte do público rejeitou Schmeling, o associando ao nazismo e ao Führer. Uma minoria americana manifestou a sua descrença na vitória de Louis essencialmente por sua suposta inferioridade intelectual como negro, porém foi bastante criticada de forma geral pela atitude antipatriótica (GRAHAM, 2008, p. 15). Em meio à disputa da "democracia" *versus* "totalitarismo", Joe Louis, pugilista negro, se tornou representante dos Estados Unidos em uma batalha contra a Alemanha. "Embora a ideologia de inclusão racial, ou seja, a democracia racial nascente, ganhasse terreno, o comportamento de brancos em relação aos negros não deixava de refletir os ideais da supremacia branca" (GRAHAM, 2008, p. 19). As políticas racistas e segregacionistas foram mantidas nos Estados Unidos enquanto o movimento negro sofria grande resistência do governo e da sociedade americana em relação ao combate do racismo. A guerra contra o fascismo influenciou o combate ao racismo no país, mas também fortaleceu os discursos contrários. Particularmente entre os brancos sulistas, a defesa do Estado democrático virou sinônimo de preservar a "antiga ordem racial". Para eles, uma democracia significava a existência de uma sociedade ideal dentro dos seus próprios parâmetros, com isso, caso desejassem, as leis e costumes deveriam ser mantidos inalterados (BRINKLEY, 1998, p. 101).

Como consequência das mudanças promovidas pela guerra, os direitos femininos geraram uma forte desavença entre homens e mulheres e entre as próprias mulheres. A força de trabalho feminina foi importante durante a Segunda Guerra e muitas perceberam de maneira positiva a ampliação das suas liberdades e atuação na sociedade. No entanto, para muitos homens que retornavam da guerra ansiosos pelo contato feminino, a ideia de mulheres independentes e trabalhadoras contrariava completamente as suas expectativas de serem recebidos em um ambiente tradicional familiar (BRINCKLEY, 1998, p. 105). A transformação das atitudes femininas também foi um grande choque para outras mulheres que defendiam a permanência da dita família tradicional e, com o fim da guerra, esperavam que o mercado de trabalho voltasse a ser

território masculino. É nesse sentido que o movimento feminista começou a se fortalecer e exigir a manutenção destas novas liberdades adquiridas.

Durante os anos de 1950, o liberalismo democrata era tido como o conjunto das ideias políticas que influenciaram a expansão federal, social e econômica nos Estados Unidos. Como o seu resultado eram apontados: a estabilidade econômica gerada pelo keynesianismo e a expansão do *Welfare*, que tirou milhares de pessoas da pobreza. Dessa maneira, mesmo com a existência de uma oposição conservadora, boa parte destes liberais acreditava que a estabilidade política do liberalismo não poderia ser ameaçada pela direita americana. Ainda assim, o grupo encontrou dificuldades em difundir seus ideais e captar adeptos de forma homogênea pelo país como consequência das diferenças regionais. Por isso, os liberais precisaram ir além do pluralismo e se comprometeram com o nacionalismo no intuito de fortalecer suas ideias. As barreiras do regionalismo eram ainda mais expressivas em relação ao racismo e a preservação ambiental, em especial no Sul e no Oeste respectivamente.

Os intelectuais Bernard DeVoto e C. Vann Woodward representaram dois importantes pensadores que tentaram harmonizar os ideais com as culturas regionais. Por isso, eles convergiram a visão nacionalista com questões caras às suas identidades regionais. Para os historiadores, a construção de uma sociedade liberal não teria êxito sem perceber o valor das diferenças de cada região e, com ajuda dos seus trabalhos, os liberais poderiam compreender que poderiam ser ao mesmo tempo nacionais e regionais (MATTSON, 2004, p. 138).

Outra preocupação no período era a da associação com o comunismo ou socialismo. Com a eclosão da Guerra Fria o regime soviético se tornou o inimigo central dos Estados Unidos. Assim, era muito comum que camadas mais conservadoras tentassem assimilar as ações do *Welfare State* com os ideais da União Soviética. No final dos anos 1940 e início da década de 1950 teve início o chamado Macarthismo, uma “caça aos comunistas” liderada pelo Senador Joseph McCarthy que espalhou falsas acusações e ampliou o clima de extrema desconfiança interna. Qualquer um poderia ser um comunista disfarçado e pronto para trair o país. As denúncias iniciais focaram em intelectuais e artistas que eram grotescamente associados ao comunismo. Com o passar do tempo, McCarthy incluiu em sua lista de “culpados” membros do exército americano e, tal fato, aliado à falta de provas reais das suas afirmações, foi decisivo para a queda do Senador e do Macarthismo em meados de 1950. Nesse mesmo período o líder da União Soviética, Joseph Stalin, faleceu em decorrência de uma hemorragia cerebral e, como seu

sucessor, assumiu Nikita Khrushchev. O novo líder político divulgou em 1956 um documento oficial, que foi chamado popularmente de “Relatório Khrushchev”, com detalhadas informações a respeito dos crimes cometidos pelo governo de seu antecessor. A declaração causou um impacto fortíssimo entre os partidos comunistas de todo o mundo, disseminando uma “aura” desmotivadora.

Em contraposição, a aparente baixa da ameaça comunista causou certa incerteza quanto a visão e identidade liberal, que ao longo dos anos foi sendo pautada em contraposição ao comunismo. Neste contexto, o historiador e crítico social Arthur Schlesinger Jr. sugeriu uma virada qualitativa para o liberalismo como forma de inserir novas facetas em meio ao cenário vigente. No entanto, o seu trabalho sofreu críticas especialmente entre os *New Dealers*, nesse caso os liberais que se preocupavam especificamente com a questão do keynesianismo na economia americana. O economista Leon Keyserling¹⁵ acusou-o de estar, junto com John Kenneth Galbraith¹⁶, tentando modificar a noção de liberalismo ao final dos anos 1950 (MATTSON, 2004, p. 143). Para Schlesinger:

O grande ponto a ser feito é que esse país está mais rico do que jamais esteve antes e fica mais rico a cada momento – mas está destinando uma parcela decrescente da sua riqueza para o bem comum. Nossa riqueza nacional aumenta – mas nossas escolas se tornam mais cheias e em pior estado, nossos professores mais cansados e mal pagos, nossos parques mais lotados, nossas cidades mais sujas e nossas ruas mais apinhadas e imundas¹⁷ (MATTSON, 2004, p. 143).

O conceito de liberalismo qualitativo apareceu como uma adição ao liberalismo quantitativo, inaugurado pelo *New Deal*, com o objetivo de combater o desemprego, a pobreza e a insegurança econômica. Assim, propôs-se o aproveitamento da estabilidade e do crescimento da economia nacional para melhorar a qualidade de vida da população. De certa maneira, o primeiro seria o desdobramento do sucesso do segundo. Dentro das metas elaboradas por Schlesinger e Galbraith para o projeto estavam: resolver as questões dos parques nacionais; garantir direitos iguais para as minorias; o redesenvolvimento urbano; ampliar a disponibilidade de habitações e do transporte. Eles queriam estimular uma mudança no senso de propósito nacional da sociedade americana

¹⁵ Seguidor convicto do liberalismo aos moldes do New Deal.

¹⁶ Economista, escritor e filósofo americano adepto ao Keynesianismo e considerado um dos principais nomes do liberalismo americano no século XX.

¹⁷ Tradução minha. Original: The great point to be made is that this country is richer than ever before, and is getting even richer every moment—but it is devoting a *decreasing* share of its wealth to the common welfare. Our national wealth increases—but our schools become more crowded and dilapidated, our teachers more weary and underpaid, our playgrounds more crowded, our cities dirtier, our roads more teeming and filthy.

em contraposição à cultura do consumo que crescia rapidamente. Schlesinger acreditava na necessidade de algo além do puro desejo de compra para a obtenção da promessa do *American Life*. Desta maneira, exaltava os valores morais e espirituais desta promessa. Ao comprovar a importância da comunidade e da vida pública, os americanos não se perceberiam apenas como agentes do consumo, mas sim como cidadãos que fazem parte de uma sociedade ampla, além das individualidades. Com a superação de um viés puramente individual seria possível a construção de uma comunidade nacional diversificada, mas comprometida com propósitos públicos (MATTSON, 2004, p. 152-154). Por isso, através do senso de coletividade, as propostas do liberalismo qualitativo teriam chances reais de se desenvolverem e, em busca deste objetivo, Galbraith e Schlesinger procuraram se envolver diretamente na política americana. Tais ideias podem parecer bastante românticas, no entanto, o envolvimento de ambos na política foi bastante importante para pressionar o Partido Democrata em relação as questões de âmbito social e cultural.

Os anos de 1960 representaram um marco na história dos Estados Unidos e são constantemente lembrados pela luta dos direitos civis, o movimento hippie, o festival de Woodstock (1969), o movimento feminista, a nova esquerda, a guerra do Vietnã (1955-1975) e os protestos pacifistas. A eclosão destas manifestações acabou sendo vista equivocadamente como algo passageiro e momentâneo por algumas pessoas que não perceberam que a formação destes grupos se deu através dos anos e, muitas vezes, em conexão com o liberalismo moderno americano. Entre os anos 1950 e 1960 parte dos liberais americanos desejava uma reforma filosófica no país com a expectativa de que o governo reconhecesse e tentasse solucionar a opressão racial, a persistência da pobreza, a degradação ambiental e a ameaça de uma catástrofe nuclear (STARR, 2008, p. 11). Nesse sentido, a eleição de John F. Kennedy (1960) alimentou estas esperanças e, ao mesmo tempo, incentivou que mais grupos se manifestassem e exigissem mudanças no seu governo. Justamente por não ser um pensamento homogêneo, o liberalismo auxiliou na formação de diversos movimentos que questionavam a sociedade à sua maneira, mas que haviam partido de uma base similar de ideias e geraram diferentes anseios para o futuro dos Estados Unidos. E foi justamente durante a década de 1960 que o próprio liberalismo se viu alterado. Com a eclosão das mais diversas reivindicações sociais, muitos liberais se radicalizaram em comparação ao liberalismo democrata.

Em oposição a todos esses grupos que se mobilizaram no período, houve uma união entre as camadas conservadoras em repúdio aos protestos e aos ideais difundidos.

Entretanto, não foram apenas os ditos conservadores ou membros da direita americana que repudiaram as manifestações. Boa parte da classe média e trabalhadora branca não concordava com as reivindicações das minorias. Este segmento costumava votar no partido democrata e era favorável às medidas implementadas pelo *New Deal*, mas não concordava com as pautas sociais assumidas por parte dos liberais. Assim, enfrentaram a hostilidade dos conservadores tanto do Partido Republicano como os do Partido Democrata. Além disso, em face da resistência inesperada (GERSTLE, 2001, p. 198) dos trabalhadores e classe média branca, a própria esquerda americana rompeu seu alinhamento com o liberalismo e passou a contestar as suas premissas racionalistas, alegando ser inconsistente o posicionamento liberal em prol da emancipação popular. A guerra do Vietnã teve resultados catastróficos para a sociedade americana e se por um lado os liberais se colocavam contra o conflito, por outro a direita culpava os liberais pela derrota do país.

Analisando este contexto de desavenças, muitos autores afirmam que após os anos de 1960 o liberalismo americano entrou em declínio e não foi mais capaz de se reerguer¹⁸, principalmente pela gradual impopularidade do Partido Democrata, culminando na eleição de Ronald Reagan anos depois, e graças à “fragmentação” dos movimentos sociais em pequenos grupos que passaram a protestar “apenas por suas causas”. Em contraponto a estas perspectivas, defende-se que mesmo perdendo espaço no governo do país, o liberalismo não desapareceu da política e da sociedade americana. A ascensão do Partido Republicano não anulou várias das contribuições do *New Deal* e dos projetos elaborados pelos liberais entre 1930 e 1970, inúmeros preconceitos e restrições sociais foram rompidos com o auxílio de liberais e demais grupos desenvolvidos a partir deste ideal¹⁹. E mesmo com o desmembramento dos grandes protestos em pequenos grupos com múltiplas ideologias, foi a presença dessas resistências que garantiu e ainda garantem a ampliação de diversos outros direitos para minorias dentro do país.

¹⁸ Ver: BRINKLEY, 1998; FRASER; GERSTLE, 1990; GERSTLE, 1994; GERSTLE, 2001.

¹⁹ Isso não significa que apenas os liberais foram responsáveis por avanços sociais nos EUA.

Considerações finais

A transição do liberalismo clássico para o moderno envolveu uma extensão dos princípios de igualdade, do direito à liberdade e a reconstituição de políticas domésticas e internacionais nos Estados Unidos. Na reinterpretação liberal do século XX, o direito à igualdade começou a ser defendido de forma ampla e com o passar dos anos chegou a considerar a sociedade de forma geral, independentemente de raça, posses ou sexo. Além disso, boa parte dos liberais se comprometeu pela luta da garantia de igualdade perante a lei, dos direitos políticos, dos direitos civis, ao acesso dos meios básicos para a prosperidade dos indivíduos na sociedade e às oportunidades de crescimento social sem distinções (STARR, 2008, p. 139). Justamente por não ser uma forma específica de governo ou concepção política, o liberalismo deve ser compreendido pela sua pluralidade tanto em relação aos seus ideais como nas diversas áreas em que pode ter aplicação, sejam elas sociais, econômicas ou políticas.

Especificamente sobre o liberalismo democrata, a abordagem deste artigo teve como intenção deixar evidente tanto a sua mutabilidade como a sua pluralidade de sentidos desde o seu entendimento "clássico" ao "moderno", nos Estados Unidos. Além disso, ressaltar a importância da Era Progressista e, em especial, da sua vertente hamiltoniana como influência na formação do liberalismo democrata e, finalmente, apontar para o papel do New Deal para a implementação do liberalismo econômico, baseado no keynesianismo, como principal método de administração da economia americana entre os anos 1930 até 1970 e, posteriormente, a adesão de muitos liberais democratas à luta pelas causas sociais e culturais.

MODERN LIBERALISM IN THE UNITED STATES: DISCUSSIONS ABOUT ITS PLURALITY BETWEEN THE NINETEENTH AND TWENTIETH CENTURIES

Abstract: This article aims to promote a brief discussion about modern liberalism in the United States of America considering the American particularities on this theme. Taking into account liberalism mutability and plurality, we seek to present some of the most important elements that made possible the construction of many ideals about liberalism in the country and especially in the Democratic Party. Through the Progressive Era, New Deal and the social fights in 1960s, it is possible to observe the ways in which different American political and social groups appropriated the American liberalism and introduced it in their own nation's ideals.

Keywords: United States of America. Liberalism. Domestic Policy.

Referências

ALTERMAN, Eric; MATTSON, Kevin. *The Cause: The Fight for American Liberalism from Franklin Delano Roosevelt to Barack Obama*. New York: Penguin Group, 2012.

BERLOWITZ, Leslie; DONOGUE, Denis; MENAND, Louis. *A América em Teoria*. Rio de Janeiro: Forense, 1993.

BRINKLEY, Alan. *Liberalism and its Discontents*. London: Harvard University Press, 1998.

FARIAS, Rodrigo. *William F. Buckley Jr., National Review e a Crítica Conservadora ao Liberalismo e os Direitos Civis nos EUA, 1955-1968*. 2013. 371 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Niteroi, 2013.

FRASER, Steve; GERSTLE, Gary (orgs.). *The Rise and fall of The New Deal Order, 1930-1980*. New Jersey: Princeton University Press, 1990.

GERSTLE, Gary. The Protean Character of American Liberalism. *American Historical Review*, v. 99, nº4, 1994.

_____. *American Crucible: Race and nation in the twentieth century*. Princeton: Princeton University Press, 2001.

GRAHAM, Jessica. Joe Louis contra Max Schmeling e a nova ideologia da democracia racial nos Estados Unidos. *Tempo* (Rio de Janeiro), 13 (no. 25, 2008), 98-119.

KLOPPENBERG, James T. *The Virtues of Liberalism*. New York: Oxford University Press, 1998.

LIMONCIC, Flávio. "A promessa da vida Americana: Herbert Croly, as "discriminações construtivas" a questão do Estado Norte-Americano". In: REIS FILHO, Daniel Aarão. *Intelectuais, história e política: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

MATTSON, Kevin. *The Origins of the New Left and Radical Liberalism, 1945-1970*. University Park: Pennsylvania State University Press, 2002.

_____. *When America was Great: The Fighting Faith of Postwar Liberalism*. New York: Routledge, 2004.

MENDONÇA, Dina. The Place of Emotions in the Public Sphere. *Dewey and the Public Sphere: Rethinking Pragmatism*. Lisboa: Edições Afrontamento, 2007.

MOLL, Roberto. *Reaganation: a nação e o nacionalismo (neo) conservador nos Estados Unidos (1981-1988)*. 2010. 265 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Niteroi, 2010.

SCHUYT, Kees. The Sharing of Risks and the Risks of Sharing: Solidarity and Social Justice in the Welfare State. *Ethical Theory and Moral Practice*, Vol. 1, No. 3, Solidarity

and the Welfare State (Sep. 1998), pp. 297-311. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/27504037>. Acesso em: 23/01/2016.

STARR, Paul. *Freedoms Power: The History and Promise of Liberalism*. New York: Basic Books, 2008.

WOLFE, Alan. *The Future of Liberalism*. New York: Borzoi Book, 2009.

SOBRE A AUTORA

Bárbara Maria de Albuquerque Mitchell é doutoranda em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); bolsista CNPq.

Recebido em 31/05/2016

Aceito em 17/11/2016